

# Macabéa

Revista Eletrônica do Netlli, Volume 8, Número 1, Jan.-Jun., 2019

A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA EM CHARGES DOS  
ATORES SOCIAIS BENEFICIADOS PELO BOLSA  
FAMÍLIA: UMA ANÁLISE PAUTADA NO SIGNIFICADO  
REPRESENTACIONAL E NO EIXO DO SABER



DISCUSSION REPRESENTATION IN CHARGES OF THE  
SOCIAL ACTORS BENEFICIATED BY THE BOLSA  
FAMÍLIA: AN ANALYSIS PAUTIATED IN THE MEANING  
REPRESENTACIONAL AND AXIS OF KNOWLEDGE

Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNCIA, Brasil  
Anísio Batista Pereira  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNCIA, Brasil  
Layane Campos Soares  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNCIA, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)  
RECEBIDO EM 17/04/2019 • APROVADO EM 00/00/0000

---

## Abstract

---

The purpose of this article is to present an analysis of representations of social actors regarding the “Bolsa Família” Program. For this, we chose four copies of cartoons, with a view to unveiling relations of domination, materialized in this genre of discourse. For our analysis, we used the theoretical-methodological contributions of Discourse Analysis (AD) and Critical Discourse Analysis (ADC). We chose to work with the sociological category representation of

social actors (VAN LEEUWEN, 1997, 2008), which is related to the representational meaning (FAIRCLOUGH, 2003) and to the knowledge axis (FOUCAULT, 1999; [1969] 2008; [1978-1979] 2008; 2010). This articulation of AD with ADC is justified by the important contributions of the Foucaultian and Faircloughian works to the development of a social theory based on the relations between power and discourse, discursive functioning and social changes. Thus, we note a productive dialogue between the theories, since Fairclough (2001) evokes Foucault (1999), to discuss the relationship between power and discourse in the context of discursive representations. Although the selected cartoons are only a small discursive materialization of social actors who benefit from the “Bolsa Família”, our analysis pointed out that several negative representations are built on this program: the social actors who are beneficiaries end up being seen by various segments of society as “Beggars”, “useless”, as people who do not need education, health, safety, because the program “takes care” of contemplating all this. What competes for us, as analysts of discourse, is to try to unveil this context of domination and fight for transformations of asymmetric relations of power.

---

## Resumo

---

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise de representações de atores sociais, no que tange ao Programa Bolsa Família. Para isso, escolhemos quatro exemplares de charges, com vistas a desvelar relações de dominação, materializadas nesse gênero do discurso. Para a nossa análise, recorreremos aos aportes teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD) e da Análise de Discurso Crítica (ADC). Escolhemos trabalhar com a categoria sociológica representação de atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997; 2008), que está relacionada ao significado representacional (FAIRCLOUGH, 2003) e ao eixo do saber (FOUCAULT, 1999; [1969] 2008; [1978-1979] 2008; 2010). Essa articulação da AD com a ADC se justifica em função das importantes contribuições dos trabalhos foucaultianos e faircloughianos, para o desenvolvimento de uma teoria social, baseada nas relações entre poder e discurso, funcionamento discursivo e mudanças sociais. Assim, notamos um diálogo produtivo entre as teorias, uma vez que Fairclough (2001) evoca Foucault (1999), para discutir sobre a relação que se estabelece entre o poder e o discurso no âmbito das representações discursivas. Embora as charges selecionadas sejam apenas uma pequena materialização discursiva de atores sociais que se beneficiam do Bolsa Família, a nossa análise apontou que várias representações negativas são construídas acerca desse programa: os atores sociais beneficiários acabam sendo vistos, por vários segmentos da sociedade, como “mendigos”, “inúteis”, como pessoas que não precisam de educação, saúde, segurança, porque o programa “dá conta” de contemplar tudo isso. O que nos compete, como analistas do discurso, é tentar desvelar esse contexto de dominação e lutarmos por transformações de relações assimétricas de poder.

---

## Entradas para indexação

---

**KEYWORDS:** Discourse Analysis. Critical Discourse Analysis. Representations of social actors. Representational meaning. Axis of knowledge.

**PALAVRAS CHAVE:** Análise do Discurso. Análise de Discurso Crítica. Representações de atores sociais. Significado representacional. Eixo do saber.

### **Introdução**

Ao longo de seus inúmeros governos, o Brasil tem passado por situações de vulnerabilidade social, pois resolver os problemas, em todos os seus aspectos, torna-se uma tarefa complicada, tendo em vista que os problemas que afetam, sobretudo, as classes mais baixas, são múltiplos. Frente a tantos contrastes na sociedade brasileira, vale destacar que as tentativas de proporcionar maior qualidade de vida aos menos favorecidos também têm sido aspecto integrante de alguns governantes, sobretudo no mandato do ex-presidente Lula, que governa o país de 2003 a 2010. Esse governo foi marcado por vários projetos sociais que visam oferecer à população carente uma vida mais digna, dentre eles o Programa Bolsa Família, doravante PBF. Campello (2013); Rangel e Camargo (2006); Bartholo, Falcão e Henrique (2013) abordam sobre o percurso do referido programa e afirmam que é resultado de uma junção de outros já existentes, como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, efetivados ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma, segundo os autores, o PBF é uma tentativa de erradicar a pobreza e a fome no Brasil.

Pensando nessa problemática, em relação ao funcionamento do programa, este artigo tem por objetivo apresentar uma análise de representações de atores sociais, no que tange ao programa social Bolsa Família. Essa análise é baseada em quatro exemplares de charges, em que procuramos desvelar as relações de poder e de dominação, materializadas nesse gênero do discurso. De modo a realizarmos a análise, recorreremos aos aportes teórico-metodológicos da Análise do discurso (AD), especificamente, ao de Michel Foucault, e da Análise de Discurso Crítica (ADC), baseamo-nos em Norman Fairclough, mormente. Essa articulação da AD com a ADC se justifica em função dessas duas teorias oferecerem subsídios que nos possibilitam empreender análises acerca das relações entre o poder e o discurso (FOUCAULT, 2010), contribuindo para a compreensão dos diferentes modos de constituição do sujeito, bem como as diferentes formas de agir, de interagir e de representar o mundo nas mais variadas práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003).

A ADC, em seu cerne, é uma proposta caracterizada pela interdisciplinaridade e pela heterogeneidade. No que se refere à metodologia vinculada à AD, Michel Foucault foi acionado, considerando-se o saber (FOUCAULT, [1969] 2008), como um conceito relacionado ao significado representacional (FAIRCLOUGH, 2003), que adotamos para o processo de análise. Nessa direção, vale destacar que esse saber, que se vincula a um regime de verdade, circula por meio de discurso, materializando-se nos enunciados, pelas práticas discursivas dos sujeitos/atores sociais<sup>1</sup>. Partindo de uma concepção arqueológica, pautamos nas condições de possibilidade de emergência dos saberes, que podem estar relacionados a um campo científico ou em “outras arqueologias”.

Notamos um diálogo entre as teorias, uma vez que Fairclough (2001) evoca Foucault (1999) para discutir sobre a relação que se estabelece entre o poder e o discurso, no âmbito das representações discursivas. Apesar de essas teorias apresentarem pontos de convergência, Fairclough (2001) reconhece que há algumas diferenças no âmbito da abordagem da análise do discurso. Assim, Fairclough (2001) afirma que Foucault estava preocupado com o discurso das ciências humanas de uma forma bem específica como, por exemplo, com o da medicina, com o da economia, com o da gramática, dentre outros. A ADC, por outro lado, está preocupada com todos os tipos de discurso como, por exemplo, com o discurso da mídia. Uma segunda diferença diz respeito ao fato de que a análise de textos escritos ou falados é um ponto central para a ADC, mas não é para Foucault. Isso se dá em razão de Foucault se pautar nas condições do discurso, nas regras de formação que estão associadas aos sujeitos, objetos, modalidades, estratégias de tipos específicos de discurso.

Em relação aos pontos de convergências, podemos apontar algumas contribuições do trabalho desenvolvido por Foucault no que concerne à ADC. Desse modo, essas contribuições estão associadas ao trabalho arqueogenalógico desenvolvido por Foucault. Fairclough (2001) reconhece, nesse contexto, cinco questões fundamentais que colaboraram com a ADC: a natureza constitutiva do discurso que é, por sinal, social; a primazia da interdiscursividade e intertextualidade, ou seja, qualquer prática discursiva mantém uma relação dialética com outros dizeres; a natureza discursiva do poder, que estão atreladas às práticas do biopoder moderno, isto é, a relação que se estabelece entre o poder soberano e poder disciplinador dos corpos; a natureza política do discurso, que está associada à luta pelo poder no discurso; e, por último, a natureza discursiva da mudança social, fato que implica em mudanças sociais por meio do discurso. Com base nessas questões, Fairclough (1993) buscou operacionalizar a ADC, reconhecendo que o discurso é socialmente constituído por identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimentos e de crenças.

É partindo dessas aproximações e diferenças, que pensamos em desvelar representações includentes e excludentes de atores sociais beneficiários do Bolsa Família, a partir do diálogo do eixo do saber de Foucault com o significado representacional de Fairclough (2003), e que para este último recorreremos à categoria sociológica de van Leeuwen (1997; 2008). Não podemos esquecer que são as representações que ajudam a sustentar relações de dominação dentro de uma determinada prática.

## **1 O Saber em Michel Foucault**

O suporte teórico-metodológico escolhido para as análises do *corpus* se baseia na AD francesa e na ADC, que é de linha inglesa. Trata-se de modelos teórico-metodológicos, de cunho descritivo-interpretativo, em que essas tarefas se fundem no processo de análise de textos. Embora apresentem algumas diferenças, é possível utilizar alguns aspectos dessas duas vertentes para um mesmo trabalho, cuidando-se de forma que uma venha complementar a outra no contexto analítico.

A Análise do Discurso francesa é fundada por Michel Pêcheux, implantada como proposta de disciplina na França, na década de 1960, e chega ao Brasil posteriormente à Ditadura Militar, em meados de 1980. Pela junção de três áreas distintas (Linguística, Marxismo e Psicanálise), é considerada uma disciplina de entremeio, cuja análise discursiva é recheada de possibilidades, obedecendo-se a um contexto do enunciado e constituição do sujeito. Embora se trate de um campo disciplinar cujo método é de cunho interpretativo, vale destacar que não se trata de algo pessoal do analista de discurso, mas com base nos efeitos de sentido e pela constituição na história que permite uma descrição/interpretação de modo a se dar pelo suporte da AD, tendo em vista suas áreas adjacentes. Nessa direção, o discurso, sendo algo exterior à língua, é materializado por ela, a partir da qual é possível sua existência.

Ao longo de seu curso, evolução dos conceitos e filiações, surgem outros teóricos nessa vertente, como, por exemplo, o filósofo Michel Foucault, cujas teorias servem aos estudos discursivos. Esse estudioso apresenta sua essência a partir de uma metodologia pautada na arqueologia, como se percebe no livro *A Arqueologia do Saber*, em que seus estudos se baseiam nas condições históricas de emergência dos discursos, sendo que defende a noção de que o sujeito se constitui pelas relações de saber e de poder. Dessa forma, esses saberes nada mais são que discursos, em que esse filósofo propõe um arcabouço rebuscado dos saberes científicos: Quais as leis de existência para que determinados discursos ligados a um campo científico apareçam? Essa metodologia acaba por diferenciar o arqueólogo do epistemólogo, nesse cunho ligado à ciência.

Foucault ([1969] 2008) não se preocupa com a cientificidade nem com a utilidade e aplicabilidade da ciência, mas com a sua emergência histórica, quais fatos levam ao seu aparecimento, que a tornam singular, da ordem do acontecimento. “Aparece, assim, o projeto de uma *descrição dos acontecimentos discursivos* como horizonte para a busca das unidades que aí se formam” (FOUCAULT, [1969] 2008, p. 30, grifos do autor).

Esse caráter de singularidade e de condições de possibilidade do surgimento do discurso, no caso do saber, leva-nos para a dimensão de unidade do discurso que, na concepção do referido filósofo, seria o enunciado. Para esse pesquisador, o discurso se dá de forma a perpassar pelos aspectos de unidade e dispersão, uma vez que o enunciado pode aparecer em outros lugares, ser silenciado, ressurgir em outros momentos, enfim, sofrer uma série de movências, deslocamentos:

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, [1969] 2008, p. 31)

A relação entre saber, discurso e enunciado se mostra íntima no sentido de que as relações de saber, suas produções nos campos científicos ou não, se dão por meio dos discursos e é nesse ponto que Foucault apresenta sua inquietude, em meio a sua existência. E o discurso se materializa por meio do enunciado, que não se constitui em atos de fala, nem exclusivamente pela língua, mas pela sua função enunciativa, já que a AD se caracteriza por ser uma disciplina da enunciação.

Essa dispersão que de certa forma nega a concepção tradicional de unidade discursiva aponta para a descontinuidade, que se fundamenta a partir da denominada Nova História, que se ancora nos acontecimentos do cotidiano, diferenciando-se da tradicional. A história, nesse contexto, é descontínua e o saber de cada época apresenta suas condições, suas leis próprias de existência, fundamento do trabalho do arqueólogo:

É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. (FOUCAULT, [1969] 2008, p. 28)

Esse caráter de ruptura apresentado pelo teórico abordado entra no seio histórico de uma ordem do discurso. Cada época determina o que pode ou não ser dito e o saber entra nesse jogo de controle da produção discursiva. Não se trata de julgar se determinado saber é verdadeiro ou falso, mas que há um conjunto de regras que controla a sua emergência, já que ninguém está autorizado a dizer qualquer coisa em qualquer lugar e época. Assim, “[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 8-9).

Nesse raciocínio cujo saber predomina, outro elemento relevante merece destaque nesse jogo discursivo, que são os jogos de verdade que resultam em modos de subjetivação. A cada período histórico discursos são tomados como verdadeiros, dominantes, e outros são silenciados, esquecidos. Vale ressaltar que a verdade é da ordem da guerra, é um jogo que envolve as relações de poder (FOUCAULT, 2010) e que o sujeito, na concepção filosófica adotada, é movido por uma vontade de verdade (vinculada ao sistema de exclusão), sobre a qual a produção dos saberes se debruça. Nessa direção, Foucault (1999, p. 14) salienta que:

Certamente, se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem



violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, - ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se.

Em se tratando da ordem do discurso, inúmeros fatores podem ser destacados como influenciadores na produção discursiva e ligados aos regimes de verdade, que impactam nos saberes, tais como instituições e relações de poder, a própria estrutura social, que determinam a circulação ou a interdição de um dado discurso. Nessa linha de raciocínio, vale destacar que muitas vezes uma verdade sofre interdição em detrimento de outras que a dominam e inviabilizam a sua emergência.

Esses aspectos de controle que envolvem os saberes de determinada época entram em consonância com a noção de governamentalidade em Foucault, mais especificamente sobre a questão da biopolítica, não simplesmente em se tratando do governo de Estado, mas as formas como os sujeitos interferem na conduta do outro. No que diz respeito à política, questão pertinente para este estudo, o estudioso supracitado reflete sobre as condições de uma verdade que é criada no campo político, isto é, de governo do Estado sobre a população:

O novo governo, a nova razão governamental não lida com o que eu chamaria de coisas em si da governamentalidade, que são os indivíduos, que são as coisas, que são as riquezas, que são as terras. Já não lida com essas coisas em si. Ele lida com estes fenômenos da política que precisamente constituem a política e os móveis da política, com estes fenômenos que são os interesses ou aquilo por intermédio do que determinado indivíduo, determinada coisa, determinada riqueza, etc. interessa aos outros indivíduos ou à coletividade. (FOUCAULT, [1978-1979] 2008, p. 62)

Na direção desse saber ligado à política, essas palavras nos mobilizam no sentido de provocar uma reflexão acerca de certa legitimidade nesse campo político, da biopolítica, que em épocas remotas se instaurou uma verdade no campo do ato de se governar. Embora não diretamente, como exposto na citação, as políticas de governo provocam impacto sobre os governados, influenciam as suas condutas e que essas políticas apresentam caráter no seio de regimes de verdade.

## **2 Análise de Discurso Crítica**

A ADC constitui um modelo teórico-metodológico que estabelece um diálogo entre a Linguística e a Ciência Social Crítica, sendo definida como um conjunto de abordagens científicas de natureza transdisciplinar (MELO, 2018), que se empenha em realizar análises de textos, de eventos e de práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003). Esse modelo não se limita a um único campo disciplinar, pois defende a ideia de que é necessário se relacionar com outras disciplinas, mantendo diálogo com outros campos do saber. Uma das principais preocupações da ADC se pauta na explanação de problemas sociais particulares com vistas a mudanças sociais, estando “[...] aberta ao tratamento das práticas diversas que compõem a vida” (OTTONI, p. 2014, p. 28) na sociedade.

Vale mencionarmos que a ADC se consolidou como uma rede internacional de estudos, nos anos de 1990, em um simpósio realizado em Amsterdã. Nesse simpósio, um grupo de linguistas se reuniu, dentre eles estavam presentes Teun van Dijk, Gunther Kress, Theo van Leeuwen, Ruth Wodak e Norman Fairclough. Os linguistas envolvidos puderam discutir sobre questões linguístico-discursivas, sobre os elementos fundamentais da vida social, além de aproveitarem esse momento para compartilharem suas propostas de trabalho.

De acordo com Wodak e Mayer (2009), há diferentes abordagens na ADC e cada uma delas se preocupa em analisar problemas sociais que estão relacionados às questões de poder e ideologia. Os autores apontam seis diferentes abordagens, a saber: Histórico-Discursiva de Reisigl e Wodak, a Linguística de *Corpus* de Mautner, a de Atores Sociais de van Leeuwen, a de Análise de Dispositivo de Jäger e Maier, a Sociocognitiva de van Dijk e, por último, a Dialético-Relacional de Norman Fairclough.

Segundo Wodak e Meyer (2009), essas abordagens compartilham de princípios comuns: todas são pautadas em problemas sociais, interdisciplinar e ecléticos. Além disso, a ADC é sustentada por interesses comuns que dizem respeito à desmitificação de “[...] ideologias e poder, por meio da investigação sistemática, temática e *reproduzível* de dados semióticos (escritos, falados ou visuais)” (WODAK; MEYER, 2009, p. 3, grifo dos autores). Ainda para os autores, os investigadores da ADC tentam tornar explícitas suas próprias posições, aliando os métodos científicos e a reflexão crítica em relação a sua própria investigação.

Para essa investigação, ancoraremos na abordagem dialético-relacional, cujo principal expoente é Norman Fairclough. Essa abordagem colabora “[...] para investigações sobre as práticas sociais em sua relação dialética com as estruturas e os eventos sociais, sobretudo, no que se refere aos discursos e às representações” (GUISARDI; PEREIRA; SOARES, 2018, p. 51). O discurso, nesse sentido, também é visto como uma construção coletiva e dialógica, sendo concebido como um dos momentos de uma prática social. Fairclough (2003) ressalta que é por meio do discurso que os atores sociais conseguem agir, interagir e representar os aspectos do mundo e de si mesmos nas diversas práticas sociais, de forma a sustentar ou transformar as relações assimétricas de poder, com base em princípios ideológicos.

A ideologia, segundo Fairclough (2003), pode ser entendida como significações que são construídas por meio de práticas discursivas, contribuindo para a produção, reprodução, naturalização ou transformação das relações de



dominação. As investigações em ADC tentam desvelar essas relações de dominação, uma vez que

[...] se alguém se torna consciente de que um determinado aspecto do senso comum sustenta desigualdades de poder em detrimento de si próprio, aquele aspecto que deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85)

É com base nesses apontamentos, que decidimos empreender uma análise, observando as desigualdades sociais sustentadas pelo poder e que têm funcionamento ideológico. Acreditamos que o desvelamento dessas situações de dominação, manifestadas discursivamente, pode possibilitar uma reflexão crítica acerca dos obstáculos que impedem que erros sociais sejam combatidos. Partindo desse princípio, propomos investigar as representações discursivas de atores sociais beneficiados pelo programa governamental Bolsa Família. Para tanto, iremos analisar charges sobre a temática a partir do significado representacional (FAIRCLOUGH, 2003) e do eixo do saber (FOUCAULT, 1969), utilizando a categoria sociológica de representação de atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997; 2008).

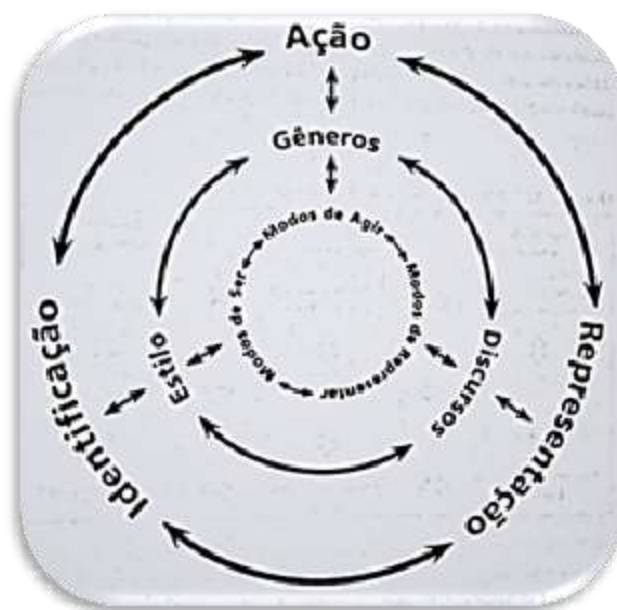
A ADC estabelece um diálogo muito profícuo com a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF)<sup>2</sup>, para o empreendimento de análises de textos. Mais especificamente, Fairclough (2003) cria os três significados do discurso, acional, representacional e identificacional, baseando-se nas três metafunções de Halliday (1985/1994): a ideacional, a interpessoal e a textual. A noção de uma linguagem multifuncional irá possibilitar investigações que abarquem tanto as escolhas lexicogramaticais quanto as representações, as identidades e as relações sociais (OTTONI, 2014).

Embora tenhamos escolhido o significado representacional, por uma questão de dimensão espacial, os três significados: acional, representacional e identificacional, aparecem em constante dialética em uma análise. Para Fairclough (2003), o significado acional está relacionado aos gêneros, caracterizando-se como os modos de agir e interagir; o significado representacional, por sua vez, está atrelado aos discursos e diz respeito aos modos de representar aspectos do mundo e a si mesmo; o significado identificacional está associado aos estilos, estando atrelado aos modos de ser.

Os três eixos da obra de Foucault também estão articulados de forma dialética. “[...] ou seja, o controle sobre as coisas (eixo do saber) é mediado pelas relações com/sobre os outros (eixo do poder), assim como as relações com/sobre os outros pressupõem relações consigo mesmo (eixo da ética)” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 51). E a categoria sociológica de van Leeuwen (1997; 2008) dialoga com a metafunção ideacional da LSF, mais especificamente com o sistema da transitividade. Metafunção, por sua vez, que foi base para Fairclough (2003), considerando o eixo do saber, (FOUCAULT, 2008), criar o significado representacional, juntamente com os outros significados do discurso.

Essa relação entre os significados se dá em uma perspectiva dialética e pode ser visualizado na figura 1, conforme veremos a seguir:

FIGURA 1: A relação dialética entre os significados



Fonte: Ottoni (2007, p. 33).

Segundo Fairclough (2003), esses três significados estão associados ao discurso como um momento da prática social, sendo considerado como modos relativamente estáveis de identificar, de representar e de agir sociodiscursivamente no mundo. Assim, quando realizamos uma análise focalizando os textos como interação, representação e identificação, estamos trazendo uma perspectiva social “para o ‘coração’ do texto” (OTTONI, 2014, p. 32). Todos esses significados estão sempre presentes em textos, associando-se aos elementos que constituem as ordens do discurso que são: gêneros, discursos e estilos. Vale mencionar que a ordem do discurso é considerada “uma rede de práticas sociais em seu aspecto discursivo”, conforme afirma Fairclough (2003, p. 24).

Nesse contexto, torna-se fundamental discutirmos um pouco mais sobre o significado representacional que, segundo Fairclough (2003, p. 124), tem o intuito de “representar aspectos do mundo - os processos, as relações e estruturas do mundo material, o ‘mundo mental’ dos pensamentos, sentimentos, crenças, o mundo social e assim por diante”. A partir dessa definição, podemos perceber que as representações discursivas estão atreladas às estruturas do mundo material, com as crenças e relações sociais, sobretudo, quando abordamos o programa governamental Bolsa Família.

É importante termos essa compreensão, pois as charges analisadas podem ser vistas como aspectos particulares do mundo social, em que se constroem representações que estão relacionadas a posições, identidades e relações sociais entre as pessoas. (FAIRCLOUGH, 2003). Desse modo, os discursos irão representar o mundo como ele é ou como ele parece ser, a partir de relações entre os diferentes discursos que são proferidos por diferentes pessoas, podendo se complementar ou se sobrepor em relação aos outros discursos sob formas de dominação (FAIRCLOUGH, 2003). É baseando nessa perspectiva, que passaremos, agora, a analisar as representações de atores sociais por meio da categorização sociológica de van Leeuwen (VAN LEEUWEN, 1997; 2008) que pode se vincular ao significado representacional (FAIRCLOUGH, 2003).

## 2.1 Categorização Sociológica de van Leeuwen

A representação de atores sociais dar-se-á por meio de escolhas linguísticas que utilizamos para representar nossas experiências no mundo (VAN LEEUWEN, 1997, 2008). Van Leeuwen (1997) defende que a realização de representações dos atores sociais, em um discurso, evidencia as intenções do autor. As escolhas dos produtores de texto estão baseadas em critérios de exclusão ou de inclusão, com o intuito de servir aos interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem” (VAN LEEUWEN, 1997). Em outras palavras, a teoria de representação de atores sociais, defendida por van Leeuwen (1997, 2008), fornece subsídios para que possamos observar o papel social desenvolvido pelos participantes<sup>3</sup> em um discurso, utilizando a categorização sociológica de inclusão e exclusão. É por meio da representação de atores sociais que conseguimos perceber o uso de recursos que atendem ao objetivo do locutor em relação ao interlocutor.

Em relação à *exclusão*<sup>4</sup> pode ocorrer por *supressão* (exclusão total do ator social) ou *encobrimento* (colocar como algo secundário/exclusão parcial do ator social). Quando há supressão, não há referência alguma aos atores sociais, em nenhuma parte do texto. Isso pode ocorrer por meio do apagamento do agente da passiva, das orações infinitivas, do apagamento dos beneficiários em uma oração, das nominalizações e dos adjetivos (VAN LEEUWEN, 1997). O encobrimento pode ocorrer por meio do apagamento do agente da passiva, das orações infinitivas, das nominalizações, adjetivos e elipses. Sobre a exclusão, van Leeuwen (2008, p. 29) ressalta que:

Algumas exclusões não deixam vestígios na representação, excluindo tanto a atores e suas atividades. Tal exclusão radical pode desempenhar um papel em uma comparação crítica de diferentes representações da mesma prática social, mas não em uma análise de um único texto, pela simples razão de que não deixa rastros [...]. Quando as ações relevantes (por exemplo, a morte de manifestantes) são incluídas, mas alguns ou todos os atores envolvidos neles (por exemplo, a polícia) são excluídos, a exclusão deixa um traço. Podemos perguntar, ‘Mas quem matou?’ Ou, ‘Mas quem foi morto?’, embora o texto não forneça as

respostas. Neste caso, talvez seja necessário fazer outra distinção, a distinção entre supressão e encobrimento. No caso de supressão, não há referência ao ator(es) em questão em qualquer parte do texto[...] No caso do encobrimento, a exclusão é menos radical: os atores sociais excluídos não podem ser mencionados em relação a uma determinada ação, mas eles são mencionados em outras partes do texto, e podemos inferir com razoável (embora nunca total) certeza quem eles são.

Quanto à *inclusão*, ela ocorre quando os atores sociais estão presentes de forma bem explícita no texto. Ela ocorre por: *a) Ativação*: os atores sociais são representados de forma dinâmica em uma atividade; *b) Passivação*: os atores sociais são representados recebendo ou sendo submetido a uma atividade; *c) Generificação*: os participantes são representados como classes, como grupos; *d) Especificação*: ocorre com tipos de individualização (realizado por meio de singularidade e dados identificadores) com tipos de assimilação, por meio da coletivização (uso da pluralidade, de substantivo que denota grupo de pessoas) ou agregação (quantificação (maioria, uma parte etc); *e) Personalização*: ocorre com tipos como nomeação (nomes próprios, honoríficos), com categorização definida como funcionalização (função, profissão, ocupação do ator social), parentesco (denotam filiação, tipo de afinidades, tipo de parentesco) e espacialização (denotam espaços específicos); *f) Impersonalização*: quando podemos representar os atores sociais por uma referência metonímica, definindo como somatização papéis dos participantes, circunstancialização e possessivação, automatização do enunciado (papéis dos participantes e circunstancialização), referência à instituição (VAN LEEUWEN, 1997).

Destacamos que o processo de inclusão pode ocorrer por meio de três tipos de subsistemas: o primeiro envolve pacientes e agentes na ação (nesse caso, os atores sociais são avaliados como de baixa estima, como criminosos ou maus); o segundo envolve os atores de forma genérica, ou seja, por meio de uma categorização cultural, de caráter negativo, ou por meio da categorização biológica, no caso, por exemplo, do uso de estereótipos étnicos; e o terceiro é aquele em que o ator social é incluído como um indivíduo ou um grupo, isso ocorre pela diferenciação ou homogeneização, fazendo com que se concretize em uma única identidade (MAGALHÃES, 2004).

### 3 Os Sujeitos Usuários do Bolsa Família nas Charges

A charge é um gênero do discurso, inserido na categoria gêneros do humor. O humor, por sua vez, é um produto cultural capaz de denunciar uma forma de representar o mundo, as pessoas, os eventos, seja por meio de uma piada, seja por meio de uma charge. Freud em *Os chistes e suas relações com o inconsciente* (1978) afirmava que por meio de uma piada (ou chiste), expressamos o que não temos coragem de falar. Em outras palavras, a charge e suas piadas sempre vêm

permeadas de ironias, de proposições, sejam elas racistas, preconceituosas, machistas, entre outros. O fato é que o humor é uma forma de representação que pode sustentar relações de poder ou pode ser libertador. Obviamente, muitas pessoas relacionam o humor ao riso. No entanto, nem sempre o riso é humor. O filósofo Henri Bergson (2004) nos auxilia a fazer essa defesa, quando ele apresenta um ensaio sobre o riso. Ele afirma que o riso é um ato humano e social e que não existe cômico fora do que é inerente ao ser humano.

E ainda sobre a charge, ela é um gênero do discurso da esfera jornalística e é composta por diferentes modos semióticos conjugados em sua materialidade. Esses modos são responsáveis pela construção de efeitos de sentido. As charges são publicadas, no Brasil, desde o século XIX. Destacamos que, pensando nas representações sobre o Bolsa Família que são materializadas nas charges, é preciso lembrar que isso não tem apenas caráter político. Ottoni (2007, p. 80) argumenta que:

Muitos pesquisadores/as, como Magalhães (2006), caracterizam a charge como um gênero com função de produzir crítica de caráter político. Porém, entendo que as críticas produzidas pela charge não se restringem apenas às de caráter político, elas se estendem para o econômico, o social e o cultural, pois seu assunto também não se limita à política. Ela, na verdade, sempre traz assunto da atualidade.

Considerando essas questões, propomo-nos a analisar 4 (quatro) exemplares de charges, a fim de desvelar algumas relações de dominação e percebermos como os beneficiários do PBF são representados discursivamente.

FIGURA 1: Exemplar de charge 1



**Fonte:** Charge publicada no site Charge Genildo. Boatos sobre o Bolsa Família, 2013. <Disponível em: <http://www.genildo.com>, 2013. Acesso em: 16 abr. 2019.

FIGURA 2: Exemplar de charge 2



**Fonte:** Charge publicada no site Café com Sociologia. Superestrutura e ideologia: tomando como exemplo as Ideias difundidas sobre o Bolsa Família, 2015. Disponível em: <https://www.cafecomsociologia.com/programa-bolsa-familia-alguns-juizos-de/> Acesso em: 16 abr. 2019.



FIGURA 3: Exemplar de charge 3



**Fonte:** Charge publicada no site Humor Político. Não temos nada, mas temos bolsas, 2013. <Disponível em <https://www.humorpolitico.com.br/admin/nao-temos-nada-mas-temos-bolsas/>> Acesso em: 16 abr 2019.

FIGURA 4: Exemplar de charge 4



**Fonte:** Charge publicada no site “Ação Popular”, s/d. <Disponível em <http://acaopopular.net/jornal/vamos-mudar-desobrenome/charge-bolsa-familia/>>, 201? Acesso em: 16 abr. 2019.

Nós, na posição de analistas do discurso, estamos preocupados com representações que sustentam relações de dominação no que se refere àqueles que são menos privilegiados economicamente, considerando, aqui, atores sociais que vivem em situação de extrema pobreza. A AD está preocupada com as relações de saber e de poder e suas condições de emergência/funcionamentos e a ADC centra-se nos problemas sociais e, especialmente, no papel do discurso na produção e na reprodução de abuso ou dominação de poder (VAN DIJK, 2009). Além disso, esta última

[...] considera os interesses dos grupos dominados e leva em conta as experiências e opiniões desses grupos, apoia a luta contra a desigualdade. Ou seja, a ADC combina o que talvez um pouco pomposamente era chamada de “solidariedade com os oprimidos”, com uma atitude de oposição e dissidência contra aqueles que abusam de textos para estabelecer, confirmar ou legitimar seu abuso de poder. (VAN DIJK, 2001, p. 96)

A partir da concepção foucaultiana, os exemplares de charges destacados nos convidam a mergulhar nos enunciados e a desvendar os discursos neles materializados, considerando-se as suas condições de possibilidade, bem como o que está em jogo quanto às relações ligadas ao saber dos seus sujeitos. Ressalte-se que nos discursos apresentados, os regimes de verdade influenciam na conduta dos sujeitos e se inscrevem em uma ordem discursiva ligada ao PBF.

Pensando nessas questões, partimos, agora, para a análise dos enunciados dos exemplares das charges escolhidos.



No exemplar 1 do gênero charge, temos um processo de inclusão dos beneficiários do Bolsa Família, por meio de coletivização: “Vão estudar cambada!”. A coletivização foi feita pela escolha linguística do substantivo/nome “cambada”, que serviu para se referir a todos os filhos daquela família beneficiária do Bolsa Família. Podemos entender, também, que houve um processo de exclusão, por meio da categoria sociológica encobrimento, realizada pela nominalização. De acordo com van Leeuwen (2008), os atores sociais podem ser representados em termos de sua identidade única ou em termos de identidades e funções compartilhadas com os outros. No caso do exemplar de charge 1, os beneficiários do Bolsa família foram nominalizados como “cambada”, representados por meio de uma identidade coletiva. Como são muitos filhos com as mesmas funções, envolvidos na mesma atividade, a mãe os coloca no mesmo grupo. Ademais, são representados como pessoas que não fazem nada, como pessoas que nem precisam ir à escola. Sabemos que estudantes em que a família é beneficiada pelo Bolsa Família precisam frequentar a escola. Parece-nos que há uma preocupação da mãe em cobrar que seus filhos estudem, no intuito de garantir que não percam o benefício. Podemos enfatizar isso com a segunda parte do enunciado, quando eles respondem à mãe: “Fica fria mãe, o governo disse que não existe motivo para o boato sobre o Bolsa Família” (SIC). Não podemos deixar de considerar também os sentidos da palavra “cambada”, que denota como algo negativo, como se fosse uma corja ou algo parecido. Em outras palavras, uma corja, esperando juntos, sem necessidade de agirem, pelos benefícios oferecidos pelo governo, no caso em questão, o Bolsa Família. A escolha vocabular “cambada”, não foi feita de forma inocente, pelo contrário, isso revela objetivos que se prestam a atender propósitos em relação aos interlocutores (VAN LEEUWEN, 1997; 2008), ou seja, apresentar uma representação de quem recebe o Bolsa Família, reforçando tudo isso pelo uso de diferentes modos semióticos: a postura da mãe, que cobra algo de seu próprio interesse, e o grupo representado por todos os filhos, sugerindo, também, que esses podem descansar, que terão ganhos financeiros, sem sequer levantarem da rede e da cama.

Ainda sobre o enunciado do exemplar de charge 1, “Vão estudar cambada!”, pautando em uma visão foucaultiana, remete a um saber que obriga as crianças ao estudo, como um dever, como condição do Estado para que as famílias recebam o Bolsa Família. O discurso joga com dois saberes: o escolar, como obrigação para ser alguém na vida e o dever impulsionado pelo sistema para que recebam a contribuição mensal.

A construção de uma representação negativa é reforçada no exemplar de charge 2: “Esmola? Não, obrigado.” Há um processo de inclusão que se dá por meio da categoria sociológica de genericização, em que os atores sociais são representados como classes. Temos, então, a inclusão de um ator social em “situação de rua”. A fim de representar a classe dos menos favorecidos, os que recebem o Bolsa Família como esmola do governo ao povo. E a inclusão de uma mulher doando dinheiro, representando a classe daqueles que têm mais condições econômicas, daqueles que não são oprimidos pelas relações de poder que envolvem os diferentes segmentos da sociedade. Podemos afirmar isso, porque vemos a presença de uma pessoa em situação de rua, em uma ação habitual,

conformado com a sua condição e com sua identidade, recusando outro tipo de oferta (o dinheiro da mulher), por considerar que o Bolsa família é suficiente para sua sobrevivência. Percebemos que as escolhas léxico-gramaticais reforçam tudo isso que apontamos: “Esmola? Não obrigado”. Acreditamos, assim como mencionamos no nosso referencial teórico, seguindo a defesa de Ottoni (2007), que as charges não são só de caráter político. Existe algo a mais no humor, nas críticas apontadas. Essa questão de o Bolsa Família ser representado em uma composição visual, tendo um participante em situação de rua, acaba sendo uma questão cultural, também.

São questões que nos remetem para um pensar sobre a identidade do produtor do texto, do participante do texto e do leitor do texto. Isso nos faz lembrar o que Hall (2003) defende, quando ressalta que a identidade é um conjunto de representações culturais que é construído em determinadas situações, é algo que direciona nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos. Em suma, o participante da composição visual em situação de rua é representado como alguém conformado, que já recebe uma esmola do governo e que não precisa mais de nenhum outro tipo de esmola. O PBF é caracterizado, então, como sinônimo de esmola.

Considerando os estudos foucaultianos, ainda sobre a charge 2, a presença de uma metáfora cria um efeito de humor pela relação estabelecida entre o Programa citado e a esmola na rua. O sujeito mendigo, nessa circunstância, desempenha o papel de representação das famílias carentes, cujas condições apontadas como semelhantes colocam o Bolsa Família em xeque. Foucault ([1969] 2008), no contexto do método arqueológico, trata o discurso a partir de suas leis de existência, isto é, de suas condições de possibilidades. Nessa direção, tanto os enunciados da charge 1 quanto os da charge 2, atentando-se também pela linguagem não verbal desses enunciados, apresentam como pano de fundo suas condições de emergência, cujos saberes ligados à obrigação escolar como condição para se vencer na vida e a coação do Estado pelas condições para se receber a contribuição, bem como a relação entre o Bolsa Família e a esmola, sustentada pela desigualdade social, constituem-se como acontecimento. Isto é, suas singularidades, no contexto da enunciação, provocam efeitos de sentido vinculados aos saberes estabelecidos. Vale destacar, ainda, o aspecto de governamentalidade, a biopolítica defendida por Foucault ([1978-1979] 2008) sobre uma espécie de verdade ligada ao ato de governar, legitimada pelos sujeitos governados como condição de uma conduta que provoca subjetivações.

Dando sequência à nossa análise, verificamos no exemplar de charge 3, uma ironia bem severa em relação ao PBF, por meio das seguintes escolhas linguísticas: *“Não temos escolas, não temos educação, não temos saúde, não temos hospitais, não temos segurança... Mas, “em compensação temos Bolsa Família, Bolsa Verde, Nossa Bolsa, Bolsa Estiagem Bolsa Escola, Auxílio Reclusão, Bolsa Remédio, Auxílio Gás, Brasil Carinhoso, Bolsa Maternidade, Minha Casa Minha Vida, Bolsa Pipa, Fome Zero, Projeto Casa Brasil, Fundo de Amparo ao Trabalhador, Programa Internet para Todos, Luz para Todos, Bolsa Cachaça, Bolsa Cabaré...”* A falta de saúde, educação e segurança no nosso país é justificada por meio da visão de que os atores sociais beneficiários de programas do governo têm acesso a esses direitos essenciais,

porque recebem tudo quanto é tipo de bolsa. Há uma exclusão dos atores sociais beneficiários e uma inclusão de benefícios a que esses têm direito, a fim de justificar de que o Bolsa Família é um programa que realmente não deveria existir. Há uma resistência das classes mais privilegiadas em aceitar que o Bolsa Família beneficia milhões de famílias pobres e que precisa ser mantido. O uso do operador argumentativo denota a presença de poder: **Mas**, “em compensação temos Bolsa família, Bolsa Verde, Nossa Bolsa, Bolsa Estiagem, Bolsa Escola, Auxílio Reclusão, Bolsa Remédio [...]”. Notamos que o Bolsa Família ocupa o topo da lista de bolsas mencionadas. Isso já possibilita construirmos um sentido de que a crítica em relação a esse programa é de fato maior do que podemos imaginar. Percebemos no discurso dos participantes da charge, uma completa desvalorização da saúde, da educação e da segurança em nosso país, algo que vem se arrastando por anos, sem qualquer evidência de que esse cenário vai ser modificado.

Ainda sobre a charge 3, ela apresenta enunciados que vão ao encontro de duas ordens do saber que podem ser consideradas contraditórias: de um lado, o saber ligado às obrigações do poder público (governo) e, de outro, as compensações do PBF como discurso que justifica a ausência dos atendimentos básicos à população. Nesse sentido, as palavras de Foucault (1999) no que concernem à ordem do discurso nos traz à tona sobre o que pode e deve ser dito e aquilo que é interdito. Nesse contexto, jogos de verdade se contrastam sobre aquilo que seja essencial às famílias carentes: serviços públicos *versus* bolsas, incluindo o Programa Bolsa Família. O enunciado que responde procura rebater o discurso que critica o governo pelo estabelecimento de uma outra vontade de verdade.

O que mais nos impressiona é como o ator social beneficiário do Bolsa Família é representado no exemplar de charge 4. Pessoas totalmente submissas ao governo, apenas observando o tanto de benefícios destinados a essa parcela mais privilegiada da população: os políticos, por exemplo: “*Bolsa Família? Isso é assistencialismo, senador*”. “*Concordo, nobre deputado*.” Os atores sociais pobres são excluídos do texto verbal e incluídos na composição visual, em uma tentativa de demonstrar o quanto há uma disparidade nos benefícios destinados aos pobres e nos benefícios destinados aos parlamentares. Os atores sociais senador e deputado são incluídos por meio da categoria sociológica personificação, do tipo funcionalização, denotando o papel que ocupam na política: de senador e de deputado, evidenciando com isso as vantagens inerentes a essa função pública, ainda mais se comparada com a camada pobre da população. Em outras palavras, se fizermos uma comparação com o exemplar de charge 3, veremos a diferença das bolsas recebidas pelos políticos brasileiros: Bolsa Combustível, Auxílio Moradia, Ajuda de Custo, Assistência Médica, Verba de Gabinete, Assistência Odontológica, Verba Gráfica, dentre outras. Ora, nossa crítica se dá no sentido de que, pessoas contrárias ao programa criam bolsas que não existem, a fim de criticarem o ator social pobre, beneficiário do Bolsa Família, tal como a Bolsa Cabaré e a Bolsa Cachaça, muito bem lembradas pelo produtor da charge, mas não se incomodam com Bolsas que existem, de fato, para os parlamentares, tal como a Assistência Médica; assistência essa negada a todo instante para os pobres do nosso país, mesmo sendo direito previsto na Constituição Federal.

Para finalizar nossa análise, e ainda com foco na charge 4, ressaltamos que os discursos sugerem modos de funcionamento da biopolítica, pautados pela desigualdade social e, sobretudo, pelas imposições dos sujeitos governantes em relação a seus salários e ao Bolsa Família (“Bolsa Família? Isso é assistencialismo, senador!”), sobretudo pela linguagem visual. De um lado, um regime de verdade de justiça de que senadores e deputados devem receber mais e as famílias carentes, uma mísera bolsa para sobrevivência, além de constituírem numa ordem discursiva instaurada pelas relações de poder, que se materializa, também, pelas vestimentas dos sujeitos envolvidos. Nesse contexto, a ideia de singularidade, relacionada às suas condições de existência, como se trata de um Programa de política pública recente e que estabelece jogos de verdade no âmbito dessa proposta governamental. Cada uma dessas charges analisadas apresenta crenças, valores, ideologias dos produtores delas. E, enquanto interlocutores, podemos, por meio delas, construir sentidos tanto favoráveis quanto desfavoráveis a quem recebe o Bolsa Família. São os efeitos que os textos causam em seus leitores. Por fim, essas representações discursivas nos levam a refletir como é urgente uma mudança social no que se refere às formas como as pessoas se posicionam em relação às outras.

### **Considerações Finais**

Diante da análise realizada, fica evidente que é por meio do discurso que os atores sociais conseguem representar os aspectos do mundo e de si mesmos, atuando de modo a sustentar ou transformar as relações assimétricas de poder, a partir das diversas práticas sociais. Com base nessa percepção, notamos que as práticas discursivas podem contribuir para o processo de produção, reprodução, naturalização ou transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2003). É em função de acreditarmos nisso, que empreendemos essa análise com o intuito de percebermos o modo com os atores sociais contemplados pelo PBF são representados em textos que circulam socialmente, no caso desse trabalho, escolhemos o gênero charge. Para isso, a categoria sociológica de van Leeuwen (1997; 2008) foi de essencial relevância para entendermos como os atores sociais são incluídos e excluídos com o objetivo de atender a interesses particulares.

No contexto da metodologia da AD, de acordo com a proposta foucaultiana, os discursos materializados nas charges analisadas apontam para as suas condições de emergência no contexto do funcionamento do PBF, cujas críticas ao benefício instaurado pelo governo e seus modos de funcionamento estão ligadas a entrecruzamento de saberes. Trata-se de regimes de verdade de ambos os lados: governo e beneficiados do programa, que se inscrevem em ordens discursivas que, no contexto de suas emergências, entram em processos de permissão ou de interdição dos dizeres. Além disso, o aspecto de biopolítica é visivelmente apontado, como condição própria do ato de se governar, tomada como uma verdade que, historicamente, foi legitimada e que influencia na conduta de seus governados.

Desse modo, percebemos que a representação dos atores sociais está atrelada à posição que ocupam na sociedade. Isso se dá em razão de os beneficiados pelo programa assistencial do governo serem vistos de uma forma pejorativa, como sujeitos/atores sociais dependentes de “esmolas”. Tudo isso nos faz refletir sobre a importância de criação de políticas públicas voltadas para a saúde, voltadas para a educação e para a segurança no nosso país, garantindo uma vida digna a toda a população, sem essa apartação de direitos. Enfatizamos isso, porque notamos que a representação muda quando se refere aos auxílios que os parlamentares recebem, pois esses auxílios não são vistos como esmolas. Isso nos mostra que as representações construídas têm relação com as crenças, valores, ideologias de quem as produziu, culminando para a construção de sentidos favoráveis e desfavoráveis ao que é enunciado. Nesse âmbito, percebemos a urgência de discutirmos sobre as temáticas sociais como forma de suscitar mudanças sociais, sobretudo, no que concerne ao posicionamento discursivo das pessoas em relação àquelas que estão em situação de desvantagem social.

## Notas

1 Em alguns momentos, usaremos sujeito, e, em outros, atores sociais, considerando as diferentes filiações teóricas dos produtores do artigo. No entanto, nós o tomamos como sinônimos.

2 Para saber mais sobre LSF, indicamos as seguintes leituras: Halliday (1994); Halliday e Mathiessen (2004). Recomendamos, também, a leitura de Ottoni e Lima (2014) e de Fuzer e Cabral (2014).

3 Participantes, de acordo com a LSF de Halliday (1994, 2004), são entidades envolvidas - pessoas ou coisas, seres animados ou inanimados. Grosso modo, seria quem pratica ou sofre uma ação.

4 Usamos negrito para destacar as categorias de análise.

5 Não nos sentimos confortáveis em nomear o participante da composição visual como moradores de rua, pois não podemos afirmar se é uma situação provisória ou não. Assim, escolhemos usar “pessoas em situação de rua”. A distinção entre “moradores de rua” e “pessoas em situação de rua” consiste na existência de um grupo cuja condição é irreversível, ou seja, indivíduos que têm como habitat o ambiente inóspito das ruas, e outro grupo em situação transitória que tem a rua, de uma forma geral, como um endereço dentre os diversos durante toda a vida (SANTOS, 2009, p. 71).

ALVES, L. R.; CAMARGO, R. A. L. **Breve histórico e dados para análise do Programa Bolsa Família.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2., 2016, Franca. *Anais...* Franca: Unesp, 2016. p. 1-10. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BARTHOLO, L.; FALCÃO, T.; PAIVA, L. H. **Do Bolsa Família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema.** In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.* Brasília: Ipea, 2013, p. 25-46.

BERGSON, H. **O riso: ensaio sobre a significação da comicidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CAMPELLO, T. **Uma década derrubando mitos e superando expectativas.** In: \_\_\_\_; NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.* Brasília: Ipea, 2013, p. 15-24.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power.** Londres e Nova York: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power.** New York: Longman, 1993.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social.** Trad. I. Magalhães *et al.* Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** London: Routledge, 2003.

FOUCAULT, M. [1969]. **A arqueologia do saber.** 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** 19. ed. Trad. E. M. J. Marçionilo. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979).** Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Poder e Saber.** In: MOTTA, M. B. (org.). *Michel Foucault: Estratégia, Poder-Saber. (Ditos & escritos IV).* 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 222-305.

FREUD, S. **O chiste e sua relação com o inconsciente.** Rio de Janeiro: Delta, 1978.

GUISARDI, C. M. A. A; PEREIRA, A. B; SOARES, L. C. **Representações discursivas sobre figuras públicas ao terem suas vidas expostas em notícias e**



- comentários circulados no facebook.** In: KOLLORS, N. (Org.). *Linguagens e processos comunicativos*. Londrina: Syntagma Editores, 2018.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MAGALHÃES, C. 2004. **Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens brasileiras.** Revista Linguagem em (Dis)curso, v. 4, n. especial, p. 35-60.
- MELO, I. F. **Histórico da análise de discurso crítica.** In: BATISTA JÚNIOR, R.; SATO, D. T. B; MELO, I. F. (Org.). *Análise de discurso crítica para linguísticas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018.
- OTTONI, M. A. R. **As representações identitárias do gênero humor sexista.** In: OTTONI, M. A. R; LIMA, M. C (Org.). *Discursos, identidades e letramentos: abordagens da análise de discurso crítica*. São Paulo: Cortez, 2014.
- OTTONI, M. A. R. **Os gêneros do humor no ensino da língua portuguesa: uma abordagem discursiva crítica.** 2007. 399 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- RAMALHO, V; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa.** Campinas: Pontes, 2011.
- SANTOS, D. S. **O retrato do morador de rua da cidade de Salvador-BA: Um estudo de caso.** 2009. Monografia (Graduação em Direitos Humanos e Cidadania), 71p. Universidade do Estado da Bahia, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/960190-O-retrato-do-morador-de-rua-da-cidade-de-salvador-ba-um-estudo-de-caso.html> Acesso em: 16 abr. 2019.
- VAN LEEUWEN, T. A representação de atores sociais. In: Pedro, Emília Ribeiro (Org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.
- VAN DIJK, T. **Critical Discourse Analysis.** In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H. E. *The Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001. Cap. 18, p. 352-371.
- VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice.** New tools for Critical Discourse Analysis. New York: Oxford University Press, 2008.
- WODAK, R; MEYER, M. **Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory and Methodology.** In: WODAK, R; MEYER, M. (Org.). *Methods of critical discourse analysis*. Londres: Sage, 2009.

---

## Para citar este artigo

---

GUISARDI, C. M. A. de A., PEREIRA, A. B., SOARES, L. C. A representação discursiva em charges dos atores sociais beneficiados pelo bolsa família: uma análise pautada no significado representacional e no eixo do saber. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 8., n. 1., 2019, p. 114-135.

---

## Os Autores

---

**Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi** é doutoranda em Estudos linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora da educação básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal. É membro do Grupo de Pesquisas e estudos em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico Funcional, da UFU, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Bolsista Capes. Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - Brasil - Capes- Código do financiamento 001.

**Anísio Batista Pereira** é doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista FAPEMIG. Membro-pesquisador do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq).

**Layane Campos Soares** é doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia. É membro do Grupo de Pesquisas e estudos em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico Funcional, da UFU, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq